

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
19 de abril de 2011 - Nº 235 - www.sindipetrocaxias.org.br



**Próxima reunião dos aposentados e pensionistas
será no dia 3 de maio a partir das 10h**

Sindipetro Caxias completou 49 anos

Mostrando boa forma, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias – Sindipetro Caxias – completou 49 anos de luta e resistência dos trabalhadores petroleiros no último dia 26 de março. Fruto da unidade dos trabalhadores da antiga Refinaria do Rio de Janeiro (Refrio) quando foi fundado em 1962, o Sindipetro Caxias, cuja história é marcada pela luta contra a ditadura militar e pela defesa do monopólio estatal do petróleo e da soberania nacional, hoje reúne os trabalhadores da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e do Terminal de Campos

Elíseos (Tecam).

Um grupo de trabalhadores, alguns dos quais participaram da construção da Reduc na década de 50, sentiu a necessidade de criar uma entidade para representar a base da refinaria e fundou o

Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias. Antes da fundação do Sindipetro Caxias quem representava essa base era o Sindipetro-RJ.



Faltando menos de 1 ano para o cinquentenário do Sindipetro Caxias, a coordenação estará realizando ao longo de 2011 e até o dia 26 de março de 2012, uma série de eventos comemorativos do jubileu de ouro.

Oportunidade para os petroleiros de Duque de Caxias demonstrarem todo o seu orgulho pelas lutas e conquistas do seu histórico sindicato.

Mudança no plantão do Jurídico

A partir do mês de maio o plantão da advogada especializada em Direito Previdenciário, Dra. Danielle Mota, vai mudar das sextas-feiras para as quintas-feiras, mantendo-se o mesmo horário das 14 às 17 horas. A mudança se dará por razões administrativas.

A advogada trabalhista, Dra. Roberta Dumani, prosseguirá

atendendo os associados às terças-feiras, também no horário das 14 às 17 horas.

Todos os associados do Sindipetro Caxias têm direito a utilizar a assessoria jurídica nas áreas trabalhista e previdenciária gratuitamente, bastando ligar para a secretaria e agendar o atendimento.



Você esqueceu? O Sindipetro Caxias não!

Explosão da Esfera de GLP matou 42 trabalhadores na Reduc

Para os petroleiros da Reduc, o dia 30 de março traz uma triste recordação: a explosão de uma esfera de GLP e a morte de 42 trabalhadores petroleiros, em 1972. O desastre chegou a lançar fragmentos até o centro de Duque de Caxias. O barulho foi ouvido e provocou pânico em todo o Grande Rio. Em 2011, o terrível acidente, que ceifou a vida dos trabalhadores da Brigada de Incêndio e da Segurança

Industrial, completou 39 anos.

O acidente ocorreu durante uma drenagem da esfera de GLP para a atmosfera, como ocorre até hoje na Reduc. Naquela época, o bloqueio era simples, ou seja, existia apenas uma válvula de dreno na parte inferior da esfera. Ocorre que após a drenagem da água, devido à saída de gás pelo dreno, a válvula congelou e não pôde mais ser fechada. Ao encontrar uma

fonte de ignição, o gás se incendiou e transformou a esfera de GLP em uma verdadeira “panela de pressão”. Os trabalhadores estavam resfriando a esfera, mas esta ficou rubra até explodir e causar a morte dos 42 petroleiros.



Ações de desrepacktuação causam prejuízos e condenações por litigância de má fé

Imprensa da FUP

Como a FUP já havia alertado, as desventuras jurídicas pregadas pelos divisionistas estão causando prejuízos financeiros e morais aos participantes e assistidos que se deixaram iludir por falsas promessas em relação à desrepacktuação do Plano Petros. Além de serem julgadas improcedentes, as ações de anulação da repactuação estão gerando condenações por litigância de má fé, o que tem constrangido os aposentados e pensionistas que foram convencidos pelos divisionistas a embarcarem nesta canoa furada.

Em uma destas condenações, uma juíza da 1ª Vara do Trabalho de Aracaju (SE), ressaltou em sua sentença que “o reclamante usa o Judiciário para obter enriquecimento ilícito, na medida em que quer desistir da repactuação, alegando motivos sem fundamento plausível, sequer tendo colocado à disposição dos reclamados

os valores já recebidos por conta da adesão”. Ela refere-se aos R\$ 15 mil ou três salários benefícios que os aposentados receberam na repactuação.

Argumentos semelhantes têm sido aplicados por juízes de outros tribunais do país, ao julgarem improcedentes as ações de desrepacktuação induzidas de forma irresponsável pelos divisionistas. Mesmo quando os sindicatos e associações, ou os assistidos de forma individual recorrem das decisões, são novamente derrotados nas instâncias superiores, tanto no TRT, como no TST. Além de terem que arcar com as custas do processo, são também condenados a pagar multa por litigância de má fé. Tudo isso por conta das ilusões vendidas pelos divisionistas que, expuseram os participantes a riscos desnecessários, omitindo-lhes as graves conseqüências destas desventuras jurídicas.

Gato por lebre

A tática dos divisionistas é sempre a mesma: montam as peças jurídicas de acordo com suas conveniências, vendendo gato por lebre, na maior cara de pau. Foi assim que eles causaram um susto grande em um grupo de aposentados de Campinas que caiu neste canto da sereia e só não sofreram redução em seus benefícios porque o Sindipetro Unificado-SP conseguiu anular em tempo a ação e evitar o prejuízo.

Estas e outras desventuras jurídicas, além de prejuízos, rendem condenações. O Sindipetro-RJ, por exemplo, foi condenado em 2009 por litigância de má fé por “aforar ações individuais questionando justamente aquilo que como entidade representativa da categoria profissional ajustou coletivamente com o patronato”, conforme sentenciam de forma unânime os juízes da 7ª turma do TRT da 1ª Região. Portanto, todo cuidado é pouco diante das intenções “mui amigas” destes divisionistas.

Memória Viva

Anistia

Imprensa da FUP

A anistia dos petroleiros que foram punidos pelos governos neoliberais, mais do que uma luta que confunde-se com a própria história da Federação Única dos Petroleiros, tornou-se ponto de honra para a FUP. A partir de 2003, começamos a trazer de volta aos quadros da Petrobrás centenas de petroleiros demitidos nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Collor de Melo (1990-1992). Respalda pela unidade nacional da categoria, a FUP conduziu as negociações com a estatal e o governo

Lula, através de uma comissão de anistia criada para restabelecer os direitos de centenas de petroleiros que foram demitidos, perseguidos e prejudicados nos governos anteriores por questões políticas.

Com organização e luta, conseguimos anistiar 88 trabalhadores demitidos por participação nas greves de 1994 e 1995 e garantimos a indenização (no caso dos aposentados) e compensação (para o pessoal da ativa) dos dias parados que foram descontados na época. A FUP também garantiu a anistia de 450 advertências,

270 suspensões e mais de 700 punições que a Petrobrás arbitrariamente aplicou contra os petroleiros que participaram das greves de 94 e 95. Além destas conquistas, a atuação firme da FUP nas comissões de anistia e nas negociações com a Petrobrás foi decisiva para trazer de volta aos quadros da estatal mais de 1.100 ex-empregados da Interbrás, Petromisa, Petroflex e Nitroflex, subsidiárias que foram extintas e privatizadas no início dos anos 90 pelo então presidente Fernando Collor.